



PSD p.10

Candidatura de Luís Bastos está
"aberta a toda a sociedade civil"



PSD p.10

Marco António Costa
no jantar de apoio a Diogo Mateus

Povo Livre



nº 1792

24 de Julho de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



Moção de censura transforma-se em moção de confiança

O Primeiro-Ministro no debate da moção de censura

Parlamento p.12

"Este é o tempo de superar as adversidades",
afirma Luís Montenegro

Governo p.11

Conselho de Ministros de 18 de Julho de 2013

Moção de censura transforma-se em moção de confiança

Enquanto decorriam as conversações entre as delegações do PSD, CDS-PP e PS, pedidas pelo Presidente da República, para tentar encontrar uma solução negociada entre os três partidos do chamado “arco da Governação”, para a situação anómala que na altura se vivia, o Governo de maioria PSD/CDS-PP (que o Presidente da República tinha claramente afirmado estar ‘na plenitude da suas funções’), enfrentou no dia 18, no Parlamento uma moção de censura apresentada pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, a que aderiu, estranhamente, o Partido Socialista.

É interessante que se registre, neste “Povo Livre” que, ao anunciar o voto favorável à Censura, o líder parlamentar do PS, Carlos Zorrinho, tenha afirmado «não haver contradição entre este voto e as conversações que decorrem com PSD e CDS-PP com vista ao acordo de ‘salvação nacional’ pedido pelo Presidente da República», sublinhando que os socialistas não estão a negociar “com o Governo”.

Recapitemos: O Presidente da República, na sua comunicação ao País, afirmou, fundamentalmente, que o compromisso resultante dessas negociações – que foi acordado, depois, demorariam uma semana - deveria assentar em três pilares fundamentais: o estabelecimento de um calendário mais adequado para a realização de eleições antecipadas, que deveriam começar a ser preparadas em Junho de 2014, após o final do Programa de Assistência Financeira; em segundo lugar, o compromisso de salvação nacional envolveria os três partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento, garantindo o apoio à tomada das medidas necessárias para a recuperação de Portugal, a diminuição do desemprego, o relançamento da economia e, finalmente, o terceiro pilar deveria tratar-se de um acordo de médio prazo, que assegure, que o Governo que resulte das próximas eleições poderá contar com um compromisso entre os três partidos que assegure a governabilidade do País, a sustentabilidade da dívida pública, o controlo das contas externas, a melhoria da competitividade da nossa economia e a criação de emprego.

O Supremo Magistrado da Nação deixou um “caveat” importante: «Sem a existência desse acordo, encontrar-se-ão naturalmente outras soluções no quadro do nosso sistema jurídico-constitucional».

Os encontros entre as delegações dos três partidos começaram quase imediatamente e ao contrário do habitual neste nosso ‘País à beira-mar plantado’, praticamente sem fugas de informação... Jorge Moreira da Silva chefiava a delegação do PSD, com Poiães Maduro e Carlos Moedas, o PS com Eurico Brilhante Dias e Óscar Gaspar e o CDS-PP, liderada por Pedro Mota Soares e integrando Miguel Morais Leitão, passaram dezenas de horas durante esta semana sem outro comunicado, a não ser que “continuavam as negociações”.

Entretanto, no dia 18, o Governo, no Parlamento, enfrentava uma moção de Censura apresentada pelos Verdes, a quinta formulada a este executivo (a quarta desta sessão legislativa e que, como as anteriores será “chumbada”).

Ao anunciar o voto favorável à moção, o líder parlamentar do partido que, simultaneamente, negociava com PSD e CDS as vias para um acordo de salvação nacional, Carlos Zorrinho, recordou que os socialistas também apresentaram uma moção de censura há cerca de dois meses e, por isso, “com toda a normalidade”, votarão a favor da moção de censura apresentada pelos “Verdes”.

Zorrinho não esclareceu qual era a normalidade da colagem aos “Verdes” nesta ocasião, dando apenas a atabalhoada explicação que os Socialistas não estão a negociar com o Governo, mas sim “num processo de diálogo com todos os partidos políticos que estiverem disponíveis”.

O «Partido Ecologista Os Verdes» afirmou, na abertura



do debate, que a sua moção de censura ao Governo seria aprovada caso fosse votada “pela sociedade”, porque a maioria parlamentar “já não representa a expressão da vontade do povo” e é “artificial e falsa”.

“Esta moção de censura pode ser hoje rejeitada no parlamento, pelo PSD e CDS, mas se fosse votada lá fora, pela sociedade, todos os que aqui estamos sabemos que ela seria aprovada. Isto tem um significado, esta maioria parlamentar já não representa a expressão da vontade do povo, é hoje uma maioria artificial e falsa”, acusou Heloísa Apolónia.

O “Povo Livre” rara vezes comenta outros partidos, mas a abertura deste debate, por uma deputada que se destaca mais pelo volume da sua voz e pela violência do seu vocabulário, que pelo conteúdo das suas intervenções, recebeu na primeira resposta do Primeiro-Ministro um interessante comentário, sobre a sua afirmação que

o Governo “já não representa a vontade do Povo”.

É estranho tal afirmação vinda de “Os verdes” que nunca de apresentaram a eleições, do qual ignoramos a força da representação, que tem os seus lugares generosamente doados pelo Partido Comunista, sob o simpático pseudónimo de “coligação PCP/PEV”, o que garante a ideários políticos irmãos, a existência (única e conveniente), de dois grupos parlamentares geminados, com o dobro do tempo de intervenção de interpeação, de potestação e de afirmação das “malfeitorias” da Direita, dos grandes grupos económicos – em resumo, de duas audições da mesma “cassete”, com uma ocasional variante minimalista.

Na sua resposta à primeira ofensiva dos “Verdes”, o Primeiro-Ministro desvalorizou de alguma forma o ataque recebido e falando em assuntos de maior interesse para Portugal, defendeu que o País precisa de um PS

que aceite o convite do Presidente da República para um acordo de médio prazo com a maioria PSD/CDS-PP.

Pedro Passos Coelho falou pela primeira vez, directamente do processo de conversações que está em curso entre estes três partidos, com vista ao que Cavaco Silva chamou de “compromisso de salvação nacional”.

“Esta é a oportunidade para o PS fazer uma separação de águas. É o momento de o PS mostrar que sabe assumir a responsabilidade de contribuir activamente para a resolução dos problemas nacionais e de ultrapassar as suas hesitações. Não reconhecer a importância histórica deste momento seria desiludir o legado do PS como um partido da integração de Portugal na Europa e como um partido com um papel importantíssimo na fundação da nossa democracia”, afirmou o chefe do executivo, no seu discurso inicial deste debate.

“O País precisa de um PS que, como partido que aspira a governar, não acalente a fantasia de uma súbita e perpétua vontade de o norte da Europa passar a pagar as nossas dívidas, provavelmente para sempre. O País precisa de um PS que aceite o convite do senhor Presidente da República para lançarmos as bases concretas e realistas do nosso futuro colectivo”, disse. O texto completo do discurso a seguir:

«À quinta moção de censura iniciada pela oposição nos últimos dois anos, o Governo responde como sempre respondeu: com confiança na força e coesão da maioria parlamentar que o apoia. Esta resposta é simples de explicar. A força e coesão da maioria parlamentar resultam de um processo de compromisso permanente, de um diálogo constante e da resolução franca e aberta das divergências quando elas ocorrem. Mas, mais importante do que isso, a nossa coesão tem como base a nossa disposição e o nosso projecto político.

Nunca virámos a cara aos enormes problemas que herdámos. Muitos desses problemas tinham e têm uma envergadura e complexidade sem precedentes na nossa história democrática. Ora, quanto mais complexos e profundos são os problemas que temos de enfrentar, menos nos devemos render a voluntarismos precipitados, a declamações vazias de conteúdo ou a gestos inconsequentes.

Fizemos o que era necessário para salvar o País de um colapso económico e social

Todos nós, agentes políticos e sociedade civil, devemos estar preparados para rejeitar as “terríveis simplificações”, e ao fazê-lo, estaremos a dar um bom contributo para fortalecer a nossa democracia, uma democracia de pessoas adultas, livres e responsáveis. No que diz respeito ao Governo e à coligação parlamentar não adiámos soluções, nem nos refugiámos num País imaginário. Fizemos o que era necessário para salvar o País de um colapso económico e social de consequências devastadoras.

Também não nos escondemos atrás de posições dúbias, nem de ambiguidades perigosas. Tivemos a coragem de olhar para o futuro e de prepará-lo, e não nos rendemos ao imediatismo da agenda político-mediática. Estivemos sempre bem conscientes dos riscos e perigos que espreitavam o País e foi por isso que persistimos na defesa intransigente dos interesses nacionais, que não se compadecem com apelos ao conflito com os nossos credores e parceiros. Nunca perdemos de vista que a recuperação da credibilidade e da confiança, alicerçada numa estratégia económica e diplomática com cabeça, tronco e membros – e que já trouxe ganhos muitíssimo importantes para os Portugueses – era a condição indispensável para proteger os mais vulneráveis e devolver o futuro ao País. A nossa determinação no cumprimento do PAEF, o esforço colectivo dos Portugueses e a nossa voz forte e tranquila na Europa foram trunfos decisivos.

Dou apenas um exemplo.

Um exemplo que é muito ilustrativo e que deve mostrar de uma vez por todas qual é a escolha política que serve o interesse dos Portugueses.

Um exemplo que mostra, com resultados concretos, como entre a estratégia do governo e a reivindicação da oposição para renunciar aos nossos compromissos e lançar os Portugueses no caos económico e social a



escolha deve ser clara.

O Governo, reforçado pela credibilidade do seu rumo político e pelo empenho dos Portugueses, negociou por duas vezes com os nossos parceiros europeus as condições dos seus empréstimos. Baixámos os juros, que são agora os mais baixos da nossa história democrática, e estendemos os prazos de pagamento. Hoje estamos em condições de dizer ao País que tudo isso representa uma poupança acumulada para os próximos 30 anos de 54,5 mil milhões de euros.

Repito: 54,5 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição da dívida pública de 20 por cento do PIB. Isto quer dizer que Portugal, nos próximos 5 anos, reduz as suas necessidades (brutas) de financiamento em 18,1 mil milhões de euros (10% do PIB), o que contribui para poupanças orçamentais acumuladas de 5,4 mil milhões de euros. Entre 2013 e 2017 pouparemos em média todos os anos 1,1 mil milhões de euros.

Estes números falam por si. Vencem todas as dúvidas que a oposição irresponsavelmente alimenta. Quem poderá negar ou até diminuir estes resultados? Quem poderá negar ou até diminuir o que isto significa em termos da protecção dos Portugueses e do Estado social?

É aqui que está a defesa dos Portugueses, e não numa ruptura financeira gratuita que arrastaria o País para uma saída desordenada do euro, para o colapso do Estado social e para o esmagamento da economia. Quando se apela a não pagar as dívidas e a rasgar o Memorando de Entendimento, faz-se uma falsa e sinistra promessa de libertação, porque sugere a remoção de um fardo apenas para o substituir por um outro infinitamente mais pesado.

“A oposição é financeiramente irresponsável”

Nesse sentido muito prático, a oposição é financeiramente irresponsável porque nunca responde pelas consequências mais do que óbvias das suas proclamações. No caso dos partidos mais à esquerda essa irresponsabilidade é evidente. Mas esta é a oportunidade para o Partido Socialista fazer uma separação de águas. É o momento de o PS mostrar que sabe assumir a responsabilidade de contribuir activamente para a resolução dos problemas nacionais e de ultrapassar as suas hesitações. Não reconhecer a importância histórica deste momento seria desiludir o legado do PS como um partido da integração de Portugal na Europa e como um partido com um papel importantíssimo na fundação da nossa democracia. O País precisa de um Partido Socialista que, como partido que aspira a governar, não acalente a fantasia de uma súbita e perpétua vontade de o Norte da Europa passar a pagar as nossas dívidas provavelmente para sempre. O País precisa de um Partido Socialista que aceite o con-

vite do Senhor Presidente da República para lançarmos as bases concretas e realistas do nosso futuro colectivo.

Sra. Presidente, Senhoras e senhores deputados, a realidade não favorece aqueles que teimam em ignorá-la. Em política, estamos sempre sob o imperativo do mais elementar realismo. A relação de representação que mantemos com os cidadãos depende do respeito por este imperativo. Infelizmente, a oposição não aprendeu esta lição nem com a experiência do País nos últimos anos, nem com a pré-bancarota de 2011.

A oposição insiste em introduzir no debate político mistificações acerca do modo como atacámos um outro problema muito grave, criado nos últimos 15 anos, das rendas excessivas. Uma vez mais, devemos falar de factos, e não de construções retóricas. Factos, e não enganos que visam apenas confundir as pessoas. Nas PPP, cujos encargos futuros foram sempre subindo até este Governo assumir funções, conseguimos poupanças acumuladas de 5 200 milhões de euros. No sector energético, as poupanças atingem 2 100 milhões de euros. Na Saúde, só entre 2012 e 2014 cortámos 1240 milhões de euros em rendas injustificadas face a 2010. Só uma oposição cega não vê nesta política e nestes resultados a acção para a justiça, para a equidade, para a sensatez financeira e para a racionalidade económica como nunca houve em Portugal.

A coesão reforçada da maioria parlamentar e o espírito reformista do Governo são o ponto de que partimos para iniciar uma nova fase do nosso ajustamento, um novo ciclo virado para o investimento e para dar mais força aos sinais positivos que nos chegam da economia.

A produção industrial cresce agora sustentadamente; as vendas de automóveis estão em recuperação;

as manifestações de investimento estrangeiro para o segundo semestre deste ano ultrapassam os 500 milhões de euros;

os níveis de confiança dos Portugueses e dos empresários estão aumentar sucessivamente;

a poupança nacional aumenta e atinge valores finalmente consentâneos com o financiamento sustentável do investimento, e isso significa que o necessário desendividamento de famílias e empresas prossegue a bom ritmo;

as exportações crescem com consistência, sendo Portugal o terceiro país da zona euro com maiores ganhos de quota de mercado; e os excedentes externos acumulam-se, facto que desmente todos os que condenavam o País a uma dívida externa descontrolada.

E como corolário de todos estes sinais, é cada vez mais provável que, no 2º trimestre terminado em Junho passado, tenhamos registado crescimento económico, precisamente aquilo por que todos os Portugueses têm justamente ansiado.

Com estes novos dados, ficam ultrapassados os receios de uma espiral recessiva. No entanto, os riscos de um processo desse tipo só serão definitivamente minorizados se mantivermos o rumo. Que não haja equívoco quanto ao que significa esse rumo: é o rumo da consolidação orçamental, da conclusão do Programa de Assistência de modo controlado e credível, das reformas estruturais, do equilíbrio das contas externas e do crescimento sustentado.

A resposta confiante e decidida do Governo a esta moção de censura reflecte aquele que é, mais do que qualquer outro, o nosso grande desígnio e pelo qual não desistiremos de lutar: o desígnio de construir o País mais próspero, mais justo e mais democrático que queremos para os nossos filhos. Sabíamos que nestas circunstâncias pagaríamos um elevado preço político, inflacionado pela demagogia da oposição. Mas se agora soubermos todos, incluindo a oposição, estar à altura do momento histórico que estamos a viver, poderemos servir o interesse nacional. Para o Governo, o País esteve sempre primeiro. E continuará a estar. Essa é uma prioridade de que nunca abdicaremos.

Os vários partidos tiveram depois as suas intervenções (o debate foi encerrado pelo Ministro de Estado, Paulo Portas), mas antes Luís Montenegro, o líder parlamentar do PSD, disse ainda que a rejeição da moção de censura ao Governo, apresentada pelos “Verdes” (PEV), significa que o executivo fica “com confiança do Parlamento, para prosseguir”.



“Nunca falou tão bem neste Parlamento a Deputada de “Os verdes”. A moção de censura tem um significado. Se for aprovada, o Governo é demitido, se não for, então tem a confiança do Parlamento para prosseguir”, afirmou o social-democrata, dirigindo-se a Heloísa Apolónia.

“Após a rejeição, não é legítimo politicamente que os que a trouxeram e votaram a favor estejam no momento seguinte a negar o seu resultado”, continuou Montenegro, criticando também a ambivalência do PS, simultaneamente em negociações com os parceiros da coligação governamental, por sugestão do Presidente da República, mas a favor da censura ao executivo.

O Governo de maioria PSD/CDS-PP enfrentou assim, no Parlamento, a quinta moção de censura desde que está em funções, a quarta durante nesta sessão legislativa. Montenegro questionou mesmo “de que lado está o PS?”, acrescentando que devem ser retiradas “as consequências políticas e constitucionais do debate e do seu resultado”.

“Trata-se da decisão soberana de cada um dos parlamentares que se sentam nestas bancadas como representantes legítimos do povo português”, disse. E a muito pesada derrota desta moção é equivalente, na realidade, a uma moção de confiança, conforma, aliás, foi suficientemente revelado por este diálogo algo ingénuo, entre “PS” e “os Verdes” em que o líder socialista revelou estar substancialmente de acordo com esta tese, ao afirmar que a moção de censura “serve o Governo PSD/CDS”, com a deputada ecologista Heloísa Apolónia a sugerir depois que Carlos Zorrinho “gosta de levar na cabeça”.

Esta troca de críticas entre Carlos Zorrinho e Heloísa Apolónia registou-se no debate da moção num momento em que o secretário-geral do PS, António José Seguro, não estava presente no hemiciclo.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS defendeu que os socialistas têm conservado a sua “coerência” política ao longo dos últimos meses, já que estão contra a continuidade do executivo PSD/CDS.

Mas, depois, deixou uma pergunta retórica ao Partido Ecologista “Os Verdes”: “A quem interessa esta moção de censura, num momento em que o Governo está “esgotado, após ter falhado nas suas políticas?” e deu a resposta: “Esta moção de censura serve o Governo, é um favor irrevogável a este Governo”.

“Este Governo falhado, esgotado, vai tentar aproveitar a formalidade da votação [da moção de censura] para tentar justificar a sua continuação junto do Presidente da República”, disse.

Neste contexto, o líder da bancada do PS lançou um ataque ao PCP e “os Verdes”, considerando que estes partidos são “uma vez mais a muleta da direita”. “É sempre assim e os portugueses sabem isso. Sempre que o PCP e “Os Verdes” fazem do PS o seu adversário principal, quem ganha é a direita. A hipocrisia parece não ter limites”, sustentou.

Na resposta, sem aludir directamente ao facto de o PS se preparar para votar favoravelmente a moção de censura de “Os Verdes”, Heloísa Apolónia afirmou-se “preocupada” e “baralhada” com o teor da intervenção do líder da bancada socialista.

“Se sabe que a moção de censura se dirige ao Governo, porque se mete no meio? Parece que gosta de levar na cabeça”, comentou a deputada ecologista.

Heloísa Apolónia optou também por devolver a Carlos Zorrinho a pergunta que este lhe tinha feito minutos antes: “Pergunto antes, de que lado está o PS?”, questionou, numa alusão às negociações em curso entre PSD, PS e CDS para o acordo de médio prazo proposto pelo Presidente da República.

...E assim, com a votação da rejeição e os partidos de oposição a «darem na cabeça» uns aos outros, terminou este debate, que só tem história pelo momento em que se desenrola, no decorrer das conversações entre os três maiores partidos.

Passos Coelho acentua empenhamento no acordo tripartido e estabilizador

No mesmo dia, à noite, passos Coelho reuniu-se com o mais representativo órgão do Partido entre Congressos, no que foi quase uma conversa entre familiares e amigos, pois, como disse a abrir, estavam cumpridos mais de 2/3 da tarefa para a qual tínhamos sido eleitos, cumprir e fechar com êxito o programa de assistência que fomos forçados a pedir, e construir as bases de um futuro em que não se verifiquem de novo, as crises e ameaças que sobre nós tem estados suspensas.

Referindo-se às conversações, então decorrentes, entre PSD, CDS e PS, o presidente do PSD e Primeiro-Ministro afirmou que o resultado das conversações com vista ao acordo, ainda é desconhecido e defendeu que essa incerteza tem um tempo limite.

Pedro Passos Coelho falou, especificamente, da incerteza associada a eleições, considerando que “quando, a um ano de distância, se cria incerteza com o que pode resultar de eleições, essa incerteza é antecipada para hoje” e que é preciso “cuidado a lidar com esta matéria”.

Na sua intervenção, Passos Coelho acentuou que o PSD está empenhado no acordo tripartido de médio prazo proposto pelo Presidente da República e que esse é o seu desejo, acrescentando: “Não tenho aqui nenhum juízo de intenção de que haja alguém que esteja menos empenhado do que nós. Admito que todos estamos interessados neste resultado. Veremos se ele alcançado”.

Estabilizamos as condições financeiras e fizemos, na economia, o conjunto de reformas que eram especificadas no memorando de entendimento e que representam,

no seu conjunto, as mais ambiciosas transformações económicas que algum dia foi feita em Portugal.

Temos feito consolidação orçamental e temo-lo feito num clima adverso, temos vivido em recessão e diminuir a despesa, cortando défice, é muito mais difícil de fazer nestas circunstâncias. Nos anos de “vacas gordas”, quando era fácil fazê-lo, os governos da altura não o fizeram e nós tivemos de fazer mais difícil, pois o fizemos em contraciclo.

Passos Coelho explicou detalhadamente a evolução do défice mostrando como, mesmo no ambiente adverso se conseguiram consolidar as contas públicas.

Elaborou o esquema - ainda não completo - em que o Governo tem contribuído para a maior unificação europeia, para as questões de gestão levantadas pela moeda única e para o futuro, afirmando que as propostas do PSD nesse sentido, serão trazidas ao Conselho Nacional na altura próprio, para apreciação e decisão.

Descreveu depois a verdadeira situação na Grécia, que está obrigada, pelo 2º resgate e pelo 2º programa, a despedimentos de 150.000 funcionários públicos, cortes salariais na função pública que excedem os 35% e chegam, em alguns casos, a 50%. A idade da reforma aumentou 7 anos e os cortes das pensões foram apenas ligeiramente inferiores aos dos salários. E não tiveram problemas constitucionais com essas medidas. Ainda assim, estão muito mais cheios de problemas que nós...

Passos Coelho afirmou dar essas informações, para que alguns não cedam à tentação de pensar que, em caso de 2º regate, a Europa estaria ao nosso lado, para suavizar e tornar fácil o nosso caminho...

Voltando ao tema das conversações, repetiu que qualquer demora na elaboração da resolução final, “gera incerteza. Essa incerteza tem um tempo para ser lidada. Não pode permanecer durante muito tempo. Eu creio que todos os líderes estão conscientes desta realidade e não tenho dúvidas nenhuma de que o senhor Presidente da República também está consciente desta realidade”, declarou.

Passos Coelho afirmou que o PSD pretende e está a negociar no pressuposto de que se pode alcançar “um compromisso para futuro”, mas “que tenha conteúdo” e não um documento de “fazer de conta” para “salvar a face a ninguém” ou para “cada um ficar bem na fotografia...”.

“Eu quero acreditar que a experiência traumática por que passámos nos recomenda, a todos, um esforço grande para aproximarmos as nossas visões e chegarmos a um resultado que seja útil para País. É o que eu desejo”, acrescentou.

Em seguida, o presidente do PSD considerou que “não há coisa mais incerta, por definição, do que eleições” e que “quando, a um ano de distância, se cria incerteza com o que pode resultar de eleições, essa incerteza é antecipada para hoje”.

“Se não tivermos cuidado a lidar esse tópico específico, nós podemos estar a criar condições para que a incerteza acabe por comprometer os esforços que queremos realizar de regressar a mercado com confiança dos investidores”, sustentou, apontando este aspecto como “essencial” para as delegações negociantes e o nível da delegação do PSD é a garantia de que estamos a levar muito a sério e com comprometimento total, a incumbência que nos foi transmitida pelo Sr. Presidente da República, aliás na linha do que temos procurado fazer sempre, mesmo antes de sermos Governo, quando viabilizamos iniciativas do PS (Orçamento, PEC - até ao 4º, quando a bancarrota estava à porta).

Falando já fora do contexto do discurso, Passos Coelho admitiu a possibilidade de se realizar, proximamente, uma nova reunião do Conselho Nacional extraordinário social-democrata, em função da evolução da situação política.

A esta reunião e assistiram seis membros do Governo, o que não é habitual e foram Miguel Póiares Maduro, Luís Marques Guedes, Maria Luís Albuquerque, Miguel Macedo, José Pedro Aguiar Branco e Nuno Crato.

Segundo fontes do PSD, ao fim de quatro horas de reunião, o presidente do PSD colocou a hipótese de o Conselho Nacional vir a ser novamente ouvido, consoante o desfecho dos acontecimentos, depois de no seu discurso inicial ter descrito o actual contexto como de incerteza, defendendo que esta não se pode prolongar.



Pedro Passos Coelho deixou o hotel de Lisboa onde decorreu este encontro do órgão máximo do PSD entre Congressos sem prestar mais declarações à comunicação social.

A defesa da legitimidade democrática da maioria PSD/CDS-PP e do cumprimento da actual legislatura foi um ponto central de vários discursos de outros intervenientes.

Ao contrário do que é estatutário, os jornalistas puderam assistir e registar a intervenção de Passos Coelho que abriu o Conselho Nacional, na qual este lembrou existir um “clima partidário de total normalidade” e acentuou tratar-se de uma reunião ordinária, que estava prevista antes dos acontecimentos políticos mais recentes e que a abertura à comunicação se destinava a garantir que a Informação não reportava “em segunda mão”, o que leva muitas vezes a deficientes interpretações e informações.

“Isso não significa que estejamos alheados das muitíssimas dificuldades que estamos a viver”, acrescentou, advogando, em seguida, que “hoje na vida política nacional, o PSD é indubitavelmente a força política que maior serenidade, responsabilidade e sentido institucional tem revelado aos portugueses”.

No final do seu discurso, Passos Coelho declarou: “Tenho a certeza de que este Conselho Nacional mostrará ao país que o PSD tem sabido lidar com muita responsabilidade com esta situação. Não foi preciso fazer contactos especiais com a nossa estrutura política interna para garantir a unidade do partido, para garantir a responsabilidade das afirmações que são produzidas no espaço público, ou para influenciar os militantes num ou noutro sentido. Não foi preciso, e isso é muito importante que se saiba”.

“É importante que se saiba que, dentro do clima aberto, descentralizado e democrático em que vivemos, ninguém precisa de andar com o coração nas mãos, com medo daquilo que o partido possa dizer, e esse é hoje um sinal de grande tranquilidade, de que me orgulho e que possa ser identificado pelos portugueses junto do PSD”, concluiu.

As conversações falham, por falta de acordo

Com os juros da dívida soberana a descerem nos mercados - a dois, cinco e dez anos, em relação a quarta-feira e em níveis significativamente inferiores aos máximos de sexta-feira - a dois, cinco e dez anos em relação a quarta-feira e em níveis inferiores aos máximos de sexta-feira, os três partidos, PSD, CDS-PP e PS, reunidos continuavam a negociar, para tentar chegar a um “compromisso de salvação nacional” para apresentar ao Presidente da República.

Cavaco Silva, entretanto, tinha-se deslocado aos ilhéus Selvagens, adjacentes à Madeira, em breve visita



de afirmação de soberania

Depois de na quinta-feira ter visitado a Selvagem Pequena, Cavaco Silva foi o primeiro Presidente da República a pernoitar nas Selvagens, dormindo na casa dos vigilantes da natureza da Selvagem Grande, já que os seus antecessores Mário Soares e Jorge Sampaio também se deslocaram à ilha, e permaneceram em terra apenas um par de horas.

A visita terminou hoje a meio da manhã do dia 19, depois de uma caminhada do Presidente da República até ao planalto da Selvagem Grande, de onde partiu de helicóptero para o Funchal e daí para Lisboa, onde chegou perto das 12 e 15.

Mas no dia anterior, o Chefe de Estado revelou a sua preocupação com a situação política, demonstrando que tem estado a acompanhá-la permanentemente, seguindo as conversações entre PSD, PS e CDS-PP com vista ao acordo de ‘salvação nacional’ a que apelou na quarta-feira da semana passada.

O Presidente da República sublinhou o “sentido de responsabilidade” dos três partidos nas negociações para o compromisso de “salvação nacional”, mas alertou para existência de adversários que tudo farão para evitar a concretização do acordo.

Por outro lado, Cavaco Silva convidou os portugueses a lerem na íntegra a declaração produzida pela UGT e parceiros sociais para a rápida concretização do acordo

de “salvação nacional”, sublinhando que são eles que criam empregos em Portugal.

Mas depois dessa boa notícia, o “desastre” estava à espera do Presidente, em Lisboa...

No PS, os “influentes”, com o “patriarca” Mário Soares à cabeça, acolitado por Manuel Alegre e pela logorreira do filósofo (parisiense) Sócrates e seus incondicionais partidários, berravam por tudo o que é televisão, jornais, revistas e cartas mais ou menos abertas, que o PS não devia assinar coisa alguma e que negociações, apenas aquelas em que o PS diz o que quer e os interlocutores se limitam a um “Amén” trémulo. E ameaçavam: ameaçavam com a debandada dos “notáveis”, com a “cisão”, com o terramoto de 1755! Citando uma velha crónica sobre «O “caroço” do PS», de Vasco Pulido Valente, em 23 de Janeiro de 1988, «... se ele tentasse um gesto nesse sentido (a abertura do Partido) /... /cairia o Carmo e a Trindade /...punham-lhe uma bomba no carro, ou uma faca nas costas ou um quilo de arsénico na sopa...»

Até a CGTP meteu a colher no assunto, tendo o seu líder pedindo (em público e dirigindo-se a Seguro), que “pense duas vezes” sobre as negociações com PSD e CDS, afirmando que “não se pode salvar aquilo que não merece ser salvo”.

“Venham as eleições e o PS que pense duas vezes antes de decidir relativamente àquilo que neste momento está a negociar”, afirmou o líder da Intersindical, a propósito das reuniões.

E a verdade é que o PS (partido) não resistiu à pressão do PS (“barões”, se é que ao PS republicano se pode aplicar este termo...); até das fileiras dos deputados do PSD, se ergueram vozes como as de João Galamba, que chamou ao eventual acordo “o suicídio de um dos elementos” e que Cavaco Silva tem “em mente” o suicídio político do líder socialista. E disse mais: “Não só acho que não vai haver nenhum acordo, como não pode haver nenhum acordo!”. As pressões vieram também da “Inter” (ou seja, dos comunistas por interposta correia de transmissão) e de outros interesses.

Assim o PS, com uma explicação mais ou menos coerente, saiu a público, afirmando que as conversações tinham falhado, por culpa (outra coisa não era de esperar do PS) da intransigência do PSD e do CDS. Ora, acontece, que - tanto quanto o “Povo Livre” apurou - o PSD e o CDS estavam dispostos a aceitar a antecipação de eleições, mas o PS deveria unir esforços aos dois partidos para o cumprimento dos dois outros pilares da proposta presidencial.

Moreira da Silva, o chefe da Delegação do PSD, ainda tentou, através do envio de uma carta, já no fim do dia ao dirigente do PS Alberto Martins, propondo a continuação do diálogo com vista a um acordo de médio prazo, mas o PS respondeu considerando que “era desnecessário prosseguir o processo”.

A reacção do PSD ao abandono das negociações pelo PS

O PSD, no dia 20, veio a público, pelo chefe da sua delegação às conversações, o 1º Vice-Presidente e Coordenador da CVPN, Moreira da Silva, comentar o que se tinha passado, afirmando:

«Ontem mesmo, o País tomou conhecimento do fracasso das negociações entre os principais partidos com vista à obtenção de um “compromisso de salvação nacional”.

Através da declaração feita pelo líder do Partido Socialista, os portugueses tiveram oportunidade de se aperceberem de que, apesar de quase uma semana de reuniões, não foi possível chegar a um entendimento que respondesse favoravelmente ao apelo do senhor Presidente da República.

Mas é importante, até por razões de transparência e de responsabilidade democrática, que os portugueses saibam objectivamente quais os esforços e propostas que cada um dos partidos apresentou nas negociações e, assim, possam avaliar por si mesmos a situação em que nos encontramos.

O PSD, cuja delegação negocial encabecei, e incluiu Miguel Piores Maduro, Carlos Moedas e, num dos dias, Maria Luís Albuquerque, acolheu o apelo do senhor Presidente da República de forma empenhada e aberta.



Embora conhecendo as dificuldades de partida, patentes na radicalização e crispação do discurso político assumido genericamente pelos partidos da oposição, o PSD procurou apresentar ao Partido Socialista toda a informação disponibilizada pelo Governo e que foi solicitada pela delegação socialista.

Da nossa parte, estamos de consciência absolutamente tranquila quanto ao grande empenhamento colocado no êxito deste processo de diálogo. A mera consulta dos textos das delegações permite ajuizar do realismo dos partidos face ao nosso quadro de possibilidades; do espírito de abertura face à necessidade de encontrar um compromisso; e da ambição colocada em torno de respostas concretas e não vagas ao desafio muito específico colocado pelo Senhor Presidente da República.

Participámos neste processo por convicção e não por conveniência.

Acreditamos na importância de encontrarmos alguns compromissos que, no curto-prazo, respondam à necessidade de juntarmos forças, talentos e vontades na conclusão do Programa de Assistência, nos próximos 10 meses, e no regresso ao financiamento de mercado, recuperando a nossa plena soberania orçamental e financeira.

Como acreditamos, também, na necessidade de, em conjunto, prosseguirmos uma estratégia de responsabilidade orçamental de médio e longo-prazo e de reformas estruturais que transcendem uma legislatura, criando as bases para um novo modelo de desenvolvimento.

É, agora, importante que os Portugueses possam conhecer a forma concreta como respondemos aos pressupostos do compromisso de salvação nacional desenvolvidos na comunicação pública e na carta aos Partidos pelo Presidente da República:

Relativamente, ao apoio à tomada de medidas necessárias à conclusão do Programa de Assistência, em Junho de 2014, e ao regresso ao financiamento de mercado, o PSD, num quadro de grande abertura, propôs a realização de todas as diligências que permitissem, no âmbito da 8ª e 9ª avaliações regulares, realizar ajustamentos ao Programa de Assistência Económica e Financeiro (PAEF), nomeadamente, ao nível da revisão da trajectória do défice orçamental e da dívida pública e da substituição de medidas (com igual valor e qualidade). Este ajustamento ao PAEF, não poderia, em nenhum caso, implicar o aumento da carga fiscal, nem envolver um novo envelope financeiro ou o adiamento da conclusão do PAEF previsto para Junho de 2014.

Em contrapartida, o Partido Socialista, que passaria, por nossa vontade, a participar directamente em todas as negociações com a «troika», comprometer-se-ia a assegurar, nos termos aliás desenvolvidos pelos Senhor Presidente da República, o apoio político e parlamentar a todas as medidas, tomadas por acordo dos três e daí resultantes.

Relativamente à segunda dimensão do compromisso, que envolvia as condições de sustentabilidade futura das contas públicas e do apoio às medidas que se re-

velassem necessárias à transição para pleno acesso aos mercados pós-programa, o PSD propôs que os partidos se comprometessem em torno dos seguintes objectivos:

- reafirmação dos objectivos para o défice estrutural e para o rácio de dívida pública, constantes da Lei de Enquadramento Orçamental e do Tratado Orçamental.

- estabelecimento de uma trajectória de redução da despesa primária de forma a atingir um nível inferior a 40% do PIB, até 2018, aceitando como base para a definição desta trajectória e deste limite o contributo a suscitar junto do Conselho das Finanças Públicas.

- fixação de tectos vinculativos nominais e plurianuais (horizonte 2015-2018) para todos os programas orçamentais, compreendendo a componente da despesa que não depende do ciclo económico. Esta proposta facilita a concretização dos objectivos de despesa primária, assim como a avaliação e comunicação dos progressos realizados em matéria de responsabilidade orçamental.

Na terceira vertente do compromisso – competitividade, crescimento e emprego, o PSD apresentou orientações que permitiriam um compromisso de médio e de longo-prazo, em torno de reformas estruturais como a reforma do Estado, a reforma fiscal e a reforma da Segurança Social, matérias que objectivamente devem ser pensadas num contexto que transcenda uma legislatura, assim como as estratégias para a qualificação, conhecimento e inovação; a inclusão social e o emprego; o investimento produtivo; o financiamento ao tecido empresarial; e a economia verde;

Finalmente, e exclusivamente como consequência de um compromisso abrangente e vinculativo sobre as matérias anteriormente referidas, o PSD admitiu a possibilidade de alteração do calendário eleitoral, no respeito pelas competências próprias do Presidente da República.

A apresentação desta posição negocial do PSD prova o realismo, mas também o espírito de abertura e de compromisso, que colocámos nesta negociação visando um acordo que não estaria ao serviço deste Governo do PSD-CDS ou, no futuro, de um Governo do PS, mas que estaria ao serviço de Portugal. Portugal está sob assistência financeira. Essa é a realidade. Portugal quer concluir essa assistência e reganhar liberdade de formular escolhas políticas inteiramente livres. Essa é a nossa vontade.

Estávamos disponíveis para fazer concessões políticas ao PS, para a conclusão dessa assistência e para um quadro de sustentabilidade financeira, económica e social de longo-prazo. Mas isso pressupunha do PS, uma posição realista e não, pelo contrário, uma abordagem que, pelo irrealismo, nos faria prolongar a ajuda externa durante mais anos.

Lamentamos o resultado deste processo de diálogo mas os Portugueses sabem que podem continuar a contar connosco. Durante os últimos dois anos, conseguimos cumprir, com êxito, apesar de uma conjuntura externa adversa, 2 dos 3 anos previstos para o Programa de Ajustamento.

Preferíamos que tivesse sido alcançado um com-

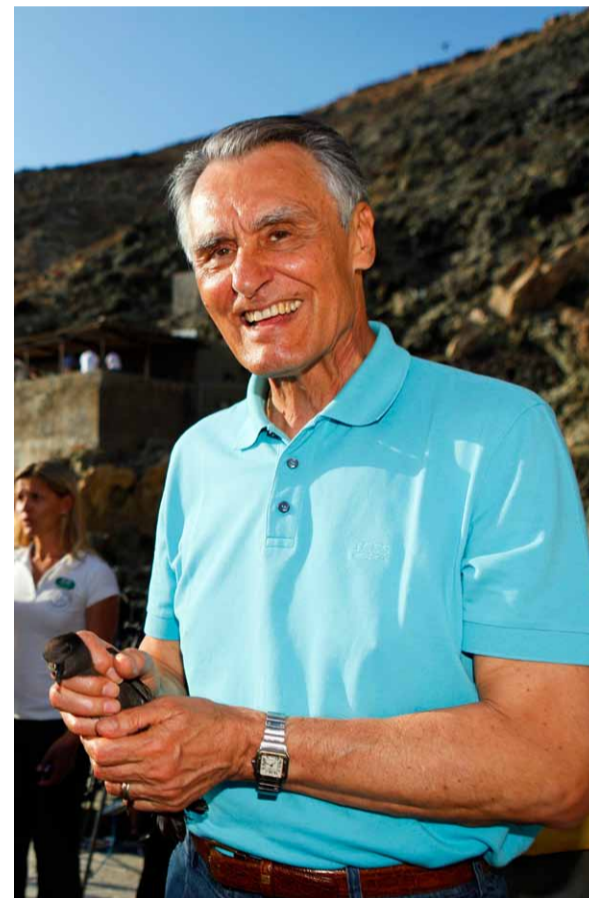
promisso alargado e continuamos disponíveis para aprofundar esse diálogo mas hoje, mais importante do que o desacordo entre os três partidos, é a garantia de estabilidade, de coesão e de empenhamento da coligação PSD-CDS no cumprimento dos objectivos celebrados por Portugal e na criação de condições para o crescimento e emprego.

O País sabe que, tal como em todos os Governos de coligação existentes em todo o Mundo, também o actual Governo de coligação enfrentou problemas e diferenças de opinião. Essas diferenças foram sempre enfrentadas e superadas, sob a liderança do Primeiro-Ministro, com celeridade e com reforço das condições de estabilidade e de coesão.

Aguardamos naturalmente com serenidade e com confiança a avaliação que o Senhor Presidente da República fará da presente situação política.»

Ainda se fizeram alguns esforços para que o PS retomasse o seu lugar à mesa das negociações

O Presidente da República de regresso das Selvagens fala novamente a Portugal



Perante o falhanço das conversações, o Presidente da República, que as tinha instigado e as acompanhara desde o início, considerando que delas sairia a melhor solução para Portugal, recebeu novamente os líderes dos três partidos envolvidos e – lembrando que tinha dito, na sua primeira comunicação ao País sobre o assunto («...sem a existência [desse acordo], encontrar-se-ão naturalmente outras soluções no quadro do nosso sistema jurídico-constitucional») – comunicou a sua decisão final, às 20 e 30 de Domingo:

«Portugueses: Portugueses, no passado dia 10, expus ao País uma forma de ultrapassar a actual crise política. Apresentei a solução que considero a melhor para a resolução dos problemas nacionais, numa perspectiva imediata, mas também num horizonte temporal de médio prazo.

Essa solução implicava a realização de um Compromisso de Salvação Nacional entre os três partidos que, em 2011, subscreveram o Memorando de Entendimento com as instituições internacionais.

Um acordo entre essas três forças partidárias, que representam 90% dos Deputados à Assembleia da República, reforçaria a nossa capacidade negocial com as instituições internacionais, atenuando os pesados sacrifícios exigidos aos Portugueses.



Além de promover a estabilidade política, um compromisso de médio prazo iria melhorar as condições de crescimento da economia e de criação de emprego.

A uma maioria parlamentar juntar-se-ia o apoio do maior partido da oposição às medidas que, após negociação conjunta com as instituições internacionais, se revelassem indispensáveis para completar com êxito o Programa de Assistência Económica e Financeira e, bem assim, para conseguir o regresso do País aos mercados em condições mais favoráveis e para assegurar o normal financiamento do Estado e da economia.

Concluído o Programa de Assistência, em Junho de 2014, iniciar-se-ia então o processo com vista à abertura de um novo ciclo político, através da realização de eleições, sendo garantidas ao Executivo condições mais consistentes de estabilidade e de governabilidade.

Seria ainda assegurado ao novo Governo o apoio parlamentar, por parte dos partidos signatários do Compromisso, às medidas indispensáveis para defender os interesses nacionais numa fase crucial da nossa vida colectiva, o período pós-troika.

Aos agentes económicos e aos parceiros sociais, aos investidores nacionais e estrangeiros, às instituições internacionais e aos nossos parceiros da União Europeia, daríamos a perspectiva, num horizonte temporal alargado, de que somos um País dotado de estabilidade política, que segue uma estratégia coerente de desenvolvimento sustentável.

Afastaríamos a ideia de que somos um País em que, quando muda o Governo, mudam as orientações fundamentais em matéria de política económica, como a sustentabilidade da dívida pública e o controlo do endividamento externo. No fundo, afastaríamos a ideia de que somos um País imprevisível.

Desde o início do século XXI, temos caminhado aos avanços e recuos: a um período de grandes ilusões segue-se sempre um período de forte austeridade. Ao fim de mais de uma década, ainda não encontramos forma de nos libertar deste ciclo vicioso.

As circunstâncias actuais eram particularmente propícias para que se fizesse um esforço sério para instaurar em Portugal uma cultura política de diálogo e de compromisso semelhante à que existe na generalidade das democracias europeias.

Recordo que, na União Europeia, 75% dos países, como Portugal, são governados com base em entendimentos políticos entre um leque partidário alargado.

A nossa situação económica e financeira é grave. É elevado o risco de os Portugueses serem obrigados a novos e mais pesados sacrifícios – e todos os partidos estão bem conscientes disso.

Nestas ocasiões de emergência, é um dever fundamental lutar pela melhor solução, pela solução que traga uma esperança mais forte aos Portugueses, apelando ao sentido de responsabilidade dos agentes políticos e a que coloquem o superior interesse nacional acima dos

interesses partidários.

A solução que propus é indubitavelmente a que melhor serve o interesse nacional, e tenho fundadas razões para crer que os partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento partilham esta opinião. Tanto assim é que o Partido Social Democrata, o Partido Socialista e o CDS-Partido Popular encetaram negociações para alcançar um Compromisso de Salvação Nacional.

Desde a primeira hora, dei o meu apoio inequívoco à realização desse Compromisso. Lamento que, após seis dias de trabalho conjunto, os três partidos não tenham conseguido alcançar o entendimento desejado.

Não quero recriminar nenhum partido

Saliento a importância histórica desta nova atitude de abertura ao diálogo e o reconhecimento público da necessidade de alcançar entendimentos alargados em torno de matérias determinantes do nosso futuro colectivo.

Congratulo-me pelo facto de os dirigentes dos partidos da maioria e os dirigentes do maior partido da oposição terem dado provas, perante os Portugueses, de que é importante dialogar e alcançar consensos, tal como foi sublinhado pelos agentes económicos e pelos parceiros sociais.

Não se alcançou a solução ideal, mas todos reconheceram a importância de uma cultura política de

compromisso.

Estou certo de que foram lançadas sementes, e que essas sementes irão frutificar no futuro. Mais cedo ou mais tarde, um compromisso interpartidário alargado será imposto pela evolução da realidade política, económica e social do País, tal como se verifica na generalidade dos países europeus de média dimensão.

Estou igualmente convicto de que os cidadãos se encontram agora mais conscientes da necessidade de um consenso entre os partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento, sendo esta a solução que melhor serve o interesse nacional e que mais contribui para a melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Portugueses, em democracia, existem sempre soluções para as crises políticas.

Na minha Comunicação ao País, apresentei, com toda a clareza, as razões pelas quais considero que, no actual contexto de emergência nacional, a convocação de eleições antecipadas não constitui uma solução para os problemas que Portugal enfrenta.

Assim, não tendo sido possível alcançar um Compromisso de Salvação Nacional, considero que a melhor solução alternativa é a continuação em funções do actual Governo, com garantias reforçadas de coesão e solidez da coligação partidária até ao final da legislatura.

Dispondo o Executivo do apoio de uma maioria parlamentar inequívoca, como recentemente se verificou, deve ficar claro, aos olhos dos Portugueses e dos nossos parceiros europeus, que Portugal é um país governável.

O Governo, que sempre se manteve em plenitude de funções, deve fazer um esforço acrescido para preservar as vias de diálogo que agora se abriram. É essencial salvaguardar o espírito de abertura ao compromisso manifestado ao longo de uma semana de negociações interpartidárias.

Deve ser aprofundado o diálogo com os parceiros sociais e com os agentes económicos, que demonstraram, ao longo de todo este processo, um admirável sentido de responsabilidade. O seu contributo deve ser valorizado e as suas propostas examinadas com a melhor atenção.

É essencial que os dois partidos que integram a coligação estejam sintonizados, de forma duradoura e inequívoca, para concluir, com êxito, o Programa de Assistência Financeira e o País regressar aos mercados, por forma a assegurar o normal financiamento do Estado e da economia.

Isto implica, desde logo, a aprovação e entrada em vigor do Orçamento do Estado em Janeiro de 2014.

Afigura-se igualmente fundamental que todo o Governo assuma como prioridade o reforço da aplicação de medidas de relançamento da economia e de combate ao desemprego.

Num quadro de exigência e rigor, o Governo deverá aprofundar as medidas de estímulo ao investimento e de captação do investimento externo, onde se incluem a estabilidade e a previsibilidade do sistema fiscal.





Por outro lado, os parceiros da coligação governamental têm de se empenhar, concertadamente, na criação de condições para realizar, com firmeza e credibilidade, as negociações com as instituições internacionais que a situação portuguesa exige.

Os partidos da coligação apresentaram ao Presidente da República garantias adicionais de um entendimento sólido para alcançar estes objectivos e a informação de que o Governo irá solicitar à Assembleia da República a aprovação de uma moção de confiança e aí explicitará as principais linhas de política económica e social até ao final da legislatura.

Por último, quero afirmar aos Portugueses que, se o actual Governo se mantém em plenitude de funções, o Presidente da República nunca abdicará de nenhum dos poderes que a Constituição lhe atribui.

A garantia de governabilidade e o exercício das competências constitucionais de cada órgão de soberania representam o melhor sinal de confiança que devemos transmitir aos Portugueses. Boa noite.»

Pedro Pinto faz o resumo da situação e dos compromissos assumidos pelo PSD



A reacção final do PSD à decisão do Presidente da República, que veio pôr o ponto final nesta tentativa de encontro e acordo entre o PSD, o CDS e o PS, foi dada pelo Vice-Presidente Pedro Pinto, na noite de 21 de Julho. Pedro Pinto afirmou:

«Boa noite, o PSD acaba de ouvir com reforçada atenção a comunicação do Senhor Presidente da República ao País, e queremos agora assegurar aos portugueses o nosso redobrado compromisso de tudo fazer para resgatar Portugal da situação de assistência financeira em que ainda nos encontramos.

Nós somos daqueles que nunca abandonam Portugal. No Governo, nas autarquias e na Europa estamos dispostos a tudo dar a um País que é o nosso. E que tudo merece.

Temos energia e determinação para prosseguir o pro-

grama de modificação de Portugal, que se iniciou há dois anos, e que nos permitiu que dois terços do programa de assistência estejam já cumpridos com sucesso, como as sucessivas avaliações dos nossos parceiros internacionais demonstram.

Estamos agora em condições de começar a concretizar um novo ciclo de acção governativa em que a prioridade é o Crescimento Económico e o Emprego.

Sem nunca esquecer a necessidade de ter contas públicas saudáveis, sendo estas a base necessária para que Portugal possa concentrar todas as suas forças no crescimento da Economia, o PSD sabe que o governo de coligação com o CDS-PP vai poder, neste novo ciclo responder às necessidades dos portugueses e das famílias.

Sabemos os enormes sacrifícios que todos fizemos nestes últimos dois anos mas os vários sinais positivos da actividade económica levam a que, com prudente esperança, o PSD queira que este governo de coligação com o CDS-PP consiga concretizar as bases de um Estado mais pequeno e que o País possa financeiramente suportar com os seus impostos.

Para sermos bem-sucedidos precisamos do empenhamento de todos. O PSD está sempre disponível para o diálogo e por isso respondeu de imediato e de espírito aberto ao recente desafio de entendimento entre os três partidos do arco da governação lançado pelo Senhor Presidente da República, o que muito bem compreendemos.

Tudo fizemos pelo entendimento entre PSD, CDS-PP e PS. Este não foi possível pelas razões que os portugueses conhecem e podem avaliar. Mas enquanto Partido, estamos disponíveis para continuar o diálogo com todas as forças partidárias e parceiros sociais.

Não queremos ser “donos de toda a verdade”, mas queremos dar o nosso melhor e estar abertos aos contributos e às boas ideias, independentemente da sua cor partidária.

Portugal sabe que sempre foi esse o nosso caminho. A forma robusta e clara como a coligação ultrapassou os seus recentes problemas leva os dois partidos a serem o exemplo vivo de que, com diálogo, se pode sempre encontrar soluções melhores.

É esse o caminho que mais uma vez iremos trilhar, certos de que este é o rumo certo.»

*

...E assim se encerra este estranho e emotivo momento que vivemos. Falta agora o Primeiro-Ministro apresentar as modificações que entender necessárias ao Governo e forem acordadas em Coligação, para que, após a eventual aprovação do Chefe do Estado, Portugal regresse ao trabalho a que podemos chamar "normal". O que, diga-se de passagem, não é fácil nem produzirá resultados de um dia para o outro. Também nunca pessoa alguma disse isso e só o trabalho, o esforço e a dedicação do Povo Português o conseguirá, no futuro como sempre o fez no passado.

O que se segue, em matéria de transformações no executivo e acções do Presidente da República, é o epílogo da História d'«Estes dias tumultuosos». No dia 21, o Presidente da República disse que, não tendo sido possível um compromisso de salvação nacional, a melhor alternativa é a continuação em funções do Governo "com garantias reforçadas de coesão e solidez da coligação partidária até ao final da legislatura".

"Na minha comunicação ao país, apresentei, com toda a clareza, as razões pelas quais considero que, no actual contexto de emergência nacional, a convocação de eleições antecipadas não constitui uma solução para



os problemas que Portugal enfrenta".

"Assim, não tendo sido possível alcançar um compromisso de salvação nacional, considero que a melhor solução alternativa é a continuação em funções do actual Governo, com garantias reforçadas de coesão e solidez da coligação partidária até ao final da legislatura", disse.

Sublinhando a importância de ficar claro aos olhos dos portugueses e dos parceiros europeus que Portugal "é um país governável", Cavaco Silva recomendou um esforço acrescido ao executivo liderado por Pedro Passos Coelho para preservar as "vias de diálogo" que agora se abriram e enfatizou a necessidade dos dois partidos que integram a coligação governamental estarem "sintonizados".

"É essencial salvaguardar o espírito de abertura ao compromisso manifestado ao longo de uma semana de negociações interpartidárias", sustentou, considerando que o diálogo com os parceiros sociais e os agentes económicos, que demonstraram ao longo de todo o processo um "admirável sentido de responsabilidade", deve ser aprofundado, com o seu contributo valorizado e as suas propostas examinadas com a melhor atenção.

Por outro lado, acrescentou, "é essencial que os dois partidos que integram a coligação estejam sintonizados, de forma duradoura e inequívoca, para concluir, com êxito, o programa de assistência financeira e o país regressar aos mercados, por forma a assegurar o normal financiamento do Estado e da economia".

E isso, continuou, implica, desde logo, a aprovação e entrada em vigor do Orçamento do Estado em Janeiro de 2014.

Cavaco Silva defendeu ainda que se afigura igualmente fundamental que todo o executivo de maioria PSD/CDS-PP assuma como prioridade o reforço de aplicação de medidas de relançamento da economia e de combate



ao desemprego.

Além disso, e "num quadro de exigência e rigor", o Governo deverá também aprofundar as medidas de estímulo ao investimento e de captação do investimento externo, onde se incluem a estabilidade e a previsibilidade do sistema fiscal.

"Por outro lado, os parceiros da coligação governamental têm de se empenhar, concertadamente, na criação de condições para realizar, com firmeza e credibilidade, as negociações com as instituições internacionais que a situação portuguesa exige", referiu o chefe de Estado, que começou precisamente esta segunda parte da sua comunicação recuperando uma ideia deixada na comunicação ao país proferida no dia 10, quando pediu um compromisso de salvação nacional.

"Em democracia, existem sempre soluções para as crises políticas", disse.

*

...E dessas soluções, a primeira é a formação de um governo remodelado, fortalecido e coeso, que apresentará uma moção de confiança ao Parlamento e cuja composição, sendo embora já do conhecimento do Presidente da República, será por ele anunciada em tempo, de acordo com as normas protocolares.

Passos Coelho fez essas afirmações no dia 22, num lugar simbólico da unidade nacional: Vila de Rei, o Centro de Portugal, onde se ergue o marco geodésico "Zero", a partir do qual se estabelecem todas as coordenadas geográficas do País.

A remodelação acordada entre PSD/CDS-PP e a apre-

sentação da moção de confiança do Governo serão formalizadas "muito em breve", afirmou, sem indicar datas.

O Presidente da República "sabe desde o início" que a sua intenção é remodelar o Governo e adiantou que "os termos dessa remodelação serão conhecidos no País por intermédio da notícia que o próprio Presidente da República deixará de dar ao país, como sempre acontece".

"É isso que o senhor Presidente da República fará, quando eu formalizar o pedido de remodelação, que, no entanto, o senhor Presidente da República já conhece", afirmou, lembrando que nunca anunciou nomes de futuros ministros e o que divulgou porque se tratava de um acordo de coligação, foi que o senhor doutor Paulo Portas seria vice-Primeiro-Ministro - e se o fiz, foi com o consentimento do senhor Presidente da República, e na altura própria", acrescentou.

O senhor vice-Primeiro-Ministro ficará com "intervenção directa na área da coordenação económica" e "não deixará de ter um papel de articulação e de coordenação das nossas relações com a 'troika' de credores de Portugal, composta por Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia. Esse papel de Paulo Portas nas relações com a 'troika', «evidentemente, não se sobrepõe às competências próprias que a senhora ministra de Estado e das Finanças tem nessa matéria».

"Tal como eu, como Primeiro-Ministro, fazia essa coordenação, agora o doutor Paulo Portas, por delegação de competências do Primeiro-Ministro, fará esse acompanhamento e essa coordenação. E terá ainda a oportunidade de acompanhar as orientações para a reforma do Estado", completou. - Redacção, LR

Santa Marta de Penaguião

Candidatura de Luís Bastos está “aberta a toda a sociedade civil”

Luís Bastos, candidato social-democrata à Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, referiu no passado sábado, dia 20 de Julho, no decorrer da sua apresentação pública ao eleitorado do município, que o seu projecto político é aberto a toda a sociedade civil, independentemente das ideologias políticas.

“É uma candidatura aberta e não exclusivamente partidária. Qualquer pessoa que seja independente ou que seja de outros partidos pode-se sentir à vontade para aderir, porque aqui não se exclui ninguém”, disse.

O candidato também destacou que os penaguienses são a prioridade da proposta para Santa Marta de Penaguião. “A nossa proposta é uma proposta dirigida às pessoas para que elas não desistam de viver em Santa Marta, para que elas mesmo que vão para fora, possam sempre um dia querer voltar”, afirmou.

José Matos Rosa, Secretário-Geral do Partido Social Democrata esteve presente nesta sessão pública e realçou que Luís Bastos é a escolha certa para este concelho do distrito de Vila Real. “Temos um candidato dos melhores entre os melhores do qual o PSD muito se orgulha. É um candidato que sente o pulsar desta terra, que contacta de coração aberto com a população”, salientou. - Correspondente



Marco António Costa no jantar de apoio a Diogo Mateus

Foi com alguma emoção que Diogo Mateus, candidato social-democrata à Câmara Municipal de Pombal, se dirigiu a todos os presentes no jantar de apoio à sua candidatura que se realizou na sexta-feira, dia 19 de julho:

“Não há palavra mais adequada para agradecer o vosso apoio, a vossa presença e a vossa confiança neste projecto autárquico, que um simples “obrigado. Obrigado pelo entusiasmo”, disse.

Diogo Mateus, líder deste projeto ao município de Pombal cujo lema é “Mais Pombal”, também realçou que com a sua equipa de trabalho, todos os pombalenses continuarão a estar em primeiro lugar:

“Apresentamos os melhores porque sabemos que a população conta connosco, conta com a nossa responsabilidade, com a nossa seriedade. Conta com o nosso compromisso”, destacou.

Marco António Costa também esteve presente e fez questão de agradecer o trabalho desenvolvido por Narciso Mota, actual presidente da Câmara de Pombal, em defesa do município.

O Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD destacou também que Diogo Mateus é a aposta certa para a continuação de um projeto político de excelência para o concelho de Pombal.

“Se vocês aqui no concelho de Pombal fizessem más opções durante vinte anos, se vocês aqui no concelho de Pombal não entregassem os próximos doze anos da Câmara Municipal à governação de Diogo Mateus, aquilo que encontraríamos era no futuro uma Câmara endividada”, frisou.

Narciso Mota, actual presidente da Câmara de Pombal, João Coucelo, mandatário da Candidatura, Paulo Batista Santos, da Comissão Política Distrital de Leiria, Pedro Pimpão, presidente do PSD de Pombal e Renato Guardado, líder da JSD local, participaram igualmente nesta iniciativa de apoio a Diogo Mateus. - Correspondente





Conselho de Ministros de 18 de Julho de 2013

O Conselho de Ministros aprovou a regulamentação legislativa em falta na nova Lei do Cinema e do Audiovisual, e o regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura e das suas secções especializadas.

De acordo com o comunicado divulgado no final do Conselho de Ministros, foi aprovado um decreto-lei “que regulamenta as medidas de apoio ao desenvolvimento e proteção das atividades cinematográficas e audiovisuais, às obrigações de investimento e ao registo de obras e empresas cinematográficas e audiovisuais”.

Esta era a regulamentação legislativa que faltava para que a nova lei do cinema e do audiovisual entrasse em vigor e fosse aplicada.

Com a aprovação deste decreto-lei, ficam definidas “as regras de atribuição de apoios financeiros a obras cinematográficas e audiovisuais, os programas e os subprogramas de apoio” ao cinema.

Ficam também definidos “os termos em que os criadores, os produtores, os distribuidores e os exibidores podem ser beneficiários de apoio financeiro por parte do Estado, no quadro da lei aprovada pela Assembleia da República para o sector”.

A lei do cinema e audiovisual, que estipula a ação do Estado no apoio e financiamento do sector, foi aprovada em julho de 2012, mas, um ano depois, não está ainda efectivamente a ser aplicada.

No começo deste ano foi publicada a regulamentação de um dos artigos da lei, sobre a cobrança de taxas de publicidade e taxas para operadores de televisão, cujas receitas devem reverter para os cofres do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA).

Faltava ainda aprovar, para que entrasse em vigor, a regulamentação de toda a restante legislação, que diz respeito às obrigações de investimento dos financiadores da produção de cinema e audiovisual.

Nos últimos anos, produtores e realizadores de cinema têm reclamado uma legislação que dinamize um sector que tem perdido apoios financeiros e espectadores, num cenário de crise económica.

Em 2012, assistiram à suspensão dos concursos de apoio do ICA, por incapacidade orçamental do organismo em assumir compromissos futuros, e consideraram estar perante “um ano zero de financiamento”.

A nova lei estipula a aplicação de uma taxa de 4% pela exibição de publicidade nos operadores de televisão (como os canais RTP, SIC e TVI), operadores de distribuição e “nos guias electrónicos de programação”, qualquer que seja a sua plataforma.

O encargo desta taxa é dos anunciantes de publicidade.

Um dos pontos mais sensíveis da lei é a cobrança de uma taxa anual aos operadores de serviços de televisão por subscrição (como a Cabovisão, a PT/MEO e o grupo Zon/TV Cabo), de 3,5 euros por cada nova subscrição de serviços.

A nova lei estipula ainda investimento direto de operadores de televisão, operadores de serviços audiovisuais, exibidores e distribuidores.

O Conselho de Ministros aprovou também hoje o regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura, como órgão consultivo do Governo, e das suas secções especializadas.

De acordo com o comunicado, são introduzidas alterações em sede das secções especializadas, “tendo em vista o alargamento da participação de entidades, atento o fim consultivo e especializado de cada secção, alargando-se ainda a representação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”.

O Gabinete do secretário de Estado da Cultura remeteu mais detalhes para uma conferência de imprensa que o titular da pasta, Jorge Barreto Xavier, vai realizar na sexta-feira, às 14:30, no Palácio Nacional da Ajuda.- Gab. C. M^{os}

“Este é o tempo de superar as adversidades”, afirma Luís Montenegro



Para Luís Montenegro, “este não é tempo de desistir, nem de desperdiçar o esforço que fomos capazes de fazer”. No início do debate da moção de censura apresentada pelo PEV, o líder da bancada do PSD declarou que “este é o tempo de nos superarmos, de superar algumas das nossas diferenças, de superar as adversidades que são muitas. É para isso que esta maioria aqui está”.

O deputado social-democrata recordou uma frase proferida pela deputada do PEV na apresentação da moção: “Esta moção é o exercício pleno da democracia”. No entender do deputado nunca a deputada do PEV “falou tão bem neste parlamento”. “Esta moção é o exercício pleno da democracia. Na nossa democracia, no nosso sistema constitucional, a apresentação da moção de censura tem um significado. O significado é o seguinte: se ela for aprovada o Governo é demitido, se ela não for aprovada significa que o Governo tem a confiança do Parlamento para cumprir as suas competências. E ninguém mais do que os deputados devem pugnar pelo exercício pleno da democracia, porque nós somos os representantes da vontade plural do povo português e os defensores primeiros da democracia do nosso país”.

“Esta moção de censura pode ser aprovada e se vier a se aprovada o Governo é demitido, mas se ela for rejeitada não é legítimo que aqueles que aqui a trouxeram e que a quiseram aprovar estejam, no momento seguinte, a rejeitar o resultado e a exigir eleições no nosso país”.

Dirigindo-se às bancadas da esquerda parlamentar, Luís Montenegro referiu que a pergunta deste debate não é saber de que lado está o PS, mas sim saber de que lado está cada um dos deputados que se senta neste hemiciclo. “Mas a principal pergunta deste debate é saber se o parlamento quer ou não quer forçar a demissão do Governo. Acaso a pergunta fosse saber de que lado está o PS também ficávamos sem o saber. O PS até disse que esta moção servia esta maioria, logo votam a favor. Qual a coerência do PS, significa o apoio à maioria?”

A terminar, o presidente do grupo parlamentar do PSD destacou que este debate merece uma conclusão: “Há uma maioria parlamentar, legitimada pelo voto popular, que tem um caminho que quer continuar a percorrer, para o qual convidamos todos os demais partidos e todas as demais forças vivas da nossa sociedade. Um caminho que quer recuperar Portugal e evitar que Portugal volte a cair nesta situação”.

Luís Menezes

“Há uma maioria que não abdica do seu país”

No encerramento do debate da moção de censura do PEV, dia 18, Luís Menezes destacou que, para o PSD, uma moção e censura não é uma formalidade, mas sim “um acto pleno da nossa democracia representativa”. “Uma moção de censura tem consequências concretas: se for aprovada implica a queda do Governo, se for rejeitada é um sinal claro da confiança do Parlamento no Governo”.

Refere o vice-presidente da bancada do PSD que “o que queremos dizer hoje, com toda a tranquilidade, é que os portugueses pedem de todos os partidos rumo, determinação, clarificação e esperança. E esperança é aquilo que, finalmente, conseguimos obter com resultados positivos”.

Nesse sentido, concluiu Luís Menezes, “se o rumo é claro não queremos perder o que conquistámos, se a determinação é inabalável a clarificação será agora feita. Há um Governo que não desiste. Há uma maioria que não abdica do seu país”.



Braga deve aproveitar o Artesanato do ponto de vista histórico e económico



No quadro do ciclo de contactos que a coligação “Juntos Por Braga” têm vindo a promover com diversos agentes, Ricardo Rio visitou, dia 16, a Associação dos Artesãos da Região do Minho. José Torres, presidente da Direcção e sócio fundador da associação, acompanhou Rio durante esta iniciativa.

Como explicou José Torres, a associação tem como principais objectivos a divulgação e promoção do artesanato e a defesa das condições socioeconómicas dos artesãos. “Desenvolvemos a investigação e a procura do artesanato tradicional minhoto e impulsionamos a venda do mesmo. Ajudamos a abrir portas para a comercialização e institucionalização do próprio artesão, sendo que tratamos também do processo de obtenção da carta de artesão”, revelou, afirmando que entre outras actividades pontuais, a associação promoveu, de quarta-feira a sábado, os seus produtos através de uma actividade de rua no centro da cidade.

De acordo com o candidato à Presidência da Câmara Municipal, Braga é uma cidade onde existe ainda um vasto historial de ligação às diversas artes e ofícios que deve ser respeitado e aproveitado. “O artesanato tem um peso importante do ponto de vista etnográfico e histórico, mas tem também um peso económico muito relevante. Entendemos que devem ser desenvolvidas várias iniciativas de cooperação com as entidades que atuam directamente nesta área”, salientou, enaltecendo o trabalho meritório de promoção, divulgação e agilização dos canais de distribuição do artesanato que tem vindo a ser desenvolvido por esta Associação.

Nesse sentido, Ricardo Rio sublinhou que é importante reforçar a colaboração da autarquia para que se possa potenciar a rentabilização da actividade destes artesãos e, ao mesmo tempo, desenvolver actividades de animação crescente na cidade. “Esta associação tem participado em diversas actividades em Braga, como recentemente aconteceu no Festival Castro-Galaico, e queremos que essa participação seja cada vez maior e repercutida por diversas zonas do concelho”, afirmou, notando que esse factor seria positivo tanto para os profissionais, que teriam oportunidade de rentabilizar mais o seu trabalho, como para a cidade, que usufruiria dessa arte e da animação daí decorrente.

Por seu turno, José Torres defendeu que deveria haver uma maior interligação entre a Câmara Municipal e o movimento associativo. “Gostaríamos que houvesse um maior intercâmbio de ideias e que tivéssemos do outro lado um interlocutor mais assertivo e definidor de metas e tarefas, até porque o nosso trabalho acaba por promover o próprio concelho”, garantiu, adiantando que a criação de uma rede de trabalho com as várias associações daria origem a sinergias que poderiam potenciar ainda mais as actividades efectuadas.

O presidente da associação enfatizou que é urgente mudar algo para que o artesanato tenha condições para sobreviver. “Como é óbvio, o artesanato está a sofrer as consequências da crise que está a afectar toda a nossa sociedade. Mas acreditamos que com um maior investimento no turismo e na promoção das artes e ofícios antigos, esta situação se pode inverter. É fundamental ponderar e optar pelos melhores caminhos, porque algo tem de se fazer para preservar esta actividade tão nobre”, alertou.

Por fim, o líder dos “Juntos Por Braga” elogiou a ideia expressa pela associação de criar uma Escola de Artes e Ofícios que possa transmitir os conhecimentos às gerações futuras. “É essencial para o futuro da actividade que estes saberes não sejam abandonados nem perdidos. Vemos com muito bons olhos a ideia de criação de uma escola que possa servir como garante da continuação desta tradição no futuro”, concluiu. Sobre este tema, José Torres afirmou que espera que até ao final deste ano se consigam reunir as condições para que a Escola dê os primeiros passos.

António Ventura garante “uma gestão de proximidade” para Angra do Heroísmo

António Ventura garante “uma gestão de proximidade do concelho”, como “aposta clara e a confirmar” numa eleições em que, considera, “se joga também o futuro da ilha Terceira, e a câmara, como governo local, tem de se afirmar no todo regional, defendendo os interesses da ilha”.

“É preciso dar um cartão vermelho ao Governo Regional pelo esvaziamento silencioso a que está a vetar a Terceira, terra de muitos atributos nos contextos regional, nacional e europeu”, afirmou o candidato da coligação “Por Angra” à presidência da câmara de Angra do Heroísmo.

António Ventura anunciou que “uma equipa liderada por mim vai fazer atendimento nas freguesias. Os angrenses poderão falar com o presidente da câmara nas suas freguesias”, numa proximidade “que se exige nos tempos que correm, pois queremos que a autarquia esteja junto das pessoas. E estar junto das pessoas é uma coisa que não me assusta, afinal é o que sempre faço todos os dias”, frisou, durante a sessão de apresentação dos cabeças de lista às diferentes freguesias do concelho.

António Ventura elogiou “todos os nossos candidatos às juntas de freguesia, que aceitaram este desafio, e que estão aqui para trabalhar e para servir as pessoas das suas freguesias. São candidatos cientes das dificuldades de não sermos da cor do Governo Regional ou da actual autarquia. E isso faz toda a diferença”, frisou.

Sobre a coligação, o candidato referiu que “unimos forças para mudar Angra, depois de quatro anos na oposição em que nos mantivemos firmes nos nossos princípios. Cumprimos os nossos mandatos, ao contrário de todas as mudanças a que assistimos nas presidências e na vereação do PS. Aí, também fizemos toda a diferença”, afirmou.

António Ventura criticou a complexidade burocrática “que afecta a movimentação popular na hora de ter iniciativa, casos da festas das touradas, de todos os entraves e incómodos que quem continua a fazer valer as nossas tradições encontra. Nos queremos mudar isso”.

“Sabemos que essa quantidade de passos burocráticos afasta as pessoas das comissões de festas, das mordomias, das colectividades desanimando as pessoas com vontade de avançar. Para isso vamos criar um documento único que reúna todos requisitos para essas organizações, com a câmara a facilitar esses processos, incentivando a sua continuidade e a valorização cultural e social do concelho”, expressou o candidato.

António Ventura assegurou que “é essencial descentralizar as actividades da autarquia, e para isso acreditamos que cada presidente de junta, com mais competências e meios financeiros reforçados, será o nosso principal trunfo para desenvolver o concelho”.

“É esta a forma de, humildemente, reconhecer a importância dos autarcas de freguesia. De valorizar a sua proximidade com os munícipes, as suas carências e expectativas”, vinçou, lembrando que “são os presidentes de junta que sabem qual é o muro que é preciso arranjar, qual o caminho ou canada que necessita ser limpo ou que é preciso asfaltar. É preciso passar esse conceito de proximidade da teoria para a prática”, garantiu.

Artur Lima, o candidato da coligação “Por Angra” à presidência da Assembleia Municipal disse querer firmar, “com os angrenses, dos Altares a São Sebastião, um compromisso de salvação concelhio” face “ao desprezo socialista de que Angra tem sido vítima nos últimos anos. Temos uma equipa de compromisso com Angra e precisamos de mais que um mandato, que cumpriremos sempre até ao fim, para desenvolver o concelho”.

O candidato criticou a postura do candidato socialista à câmara municipal, lembrando que, “em 16 anos a fazer parte dos governos regionais do PS, não tomou uma única medida em benefício do concelho de Angra. E integra agora um projecto meramente partidário, para um mandato que não vai cumprir, para daqui a um ano se ir embora”, afirmou.



Maus resultados escolares nos Açores devem-se a políticas facilitistas



Os resultados registados pelos alunos açorianos do 6º e 9º anos nos exames nacionais “são consequência do facilitismo registado ao longo dos últimos anos, assim como do contínuo experimentalismo que se tem vindo a verificar no sistema educativo regional”, defende a deputada do PSD/Açores, Judite Parreira.

De acordo com os resultados divulgados na semana passada, a média das notas dos exames de Português e Matemática nos Açores ficaram significativamente abaixo da média nacional.

Judite Parreira recorda que, pelo menos desde 2005, o PSD/Açores vem alertando para a necessidade de se estudar de forma alargada e fundamentada, envolvendo as escolas, os professores e a comunidade educativa, as causas do insucesso estrutural verificado nos Açores, sem que o governo alguma vez tivesse ligado a essa proposta.

Para o PSD/Açores, o anúncio pelo secretário regional da Educação de que vai ouvir agora ouvir o Conselho Coordenador do Sistema Educativo sobre este problema “pouco irá adiantar porque se continua a trabalhar em circuito fechado”.

Para a deputada social-democrata, “não se deve absolutizar a importância e o significado dos resultados dos exames. Eles revelam tendências e são elementos comparativos importantes e com significado, mas também não se pode ignorar que os resultados nos Açores são claramente negativos já que deixam os nossos estudantes em nítida inferioridade comparativa perante os restantes alunos nacionais”.

Salienta ainda, que “o governo regional nas justificações para estes resultados esqueceu-se de se referir uma das dimensões do problema que ainda há umas semanas foi enfatizada pelo secretário da Educação: a questão social das famílias e dos alunos que não querem e não gostam de estudar e que estão, por exemplo, no programa Oportunidade, cujas taxas de sucesso e de recuperação são baixíssimas”. É urgente avaliar a aplicação deste Programa nas escolas e encontrar verdadeiras e adequadas alternativas. Uma delas, que pode, efectivamente, ser um bom caminho, é a do projecto Fénix, que foi apontada pelo secretário regional.

Mas, faltou aquele responsável dizer que o alargamento desse projecto que vai ser feito para o próximo ano lectivo, por exemplo nas escolas do 3ºciclo que o pretendam contratualizar agora, só foram autorizadas duas turmas “Fénix” do 7º ano de escolaridade”.

Isto significa “que vai haver muitos mais alunos com negativas a Português e/ou Matemática que não vão ser abrangidos pelo projecto Fénix, com a agravante de as escolas que optarem avançar para este projecto ficarem impedidas de terem apoios nas turmas que não são Fénix, o que é incompreensível.”



Povo Livre

Director: José Silva Marques

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 428 • 7 de Outubro de 1982 • Preço 15\$00

Pinto Balsemão na Assembleia Geral da ONU

QUESTÃO DE TIMOR É PRIORITÁRIA PARA PORTUGAL

“Nada nos move — quando a Timor-Leste — senão o cumprimento de um dever moral e nacional. Conscientes da justiça que nos assiste e na certeza de interpretar o unânime sentir do Estado e do Povo português, reafirmo com clareza o empenho de Portugal em cooperar de forma activa com as Nações Unidas, com recurso a todos os mecanismos previstos na Carta, de modo a que, através de um diálogo aberto, se procure encontrar um caminho que verdadeiramente respeite os interesses e a identidade cultural do povo de Timor e lhe permita definir o seu destino colectivo”. Palavras do Primeiro-Ministro, proferidas no passado dia 1, em Nova Iorque, na assembleia geral das Nações Unidas.

Pinto Balsemão produziu um longo discurso, tendo focado, além da questão de Timor — abordada de forma realista e tendo em conta o interesse nacional —, temas candentes da actualidade, como as questões da Namíbia, Médio Oriente, Polónia, África Austral, crise económica mundial, direitos humanos e outros. A seguir transcrevemos, na íntegra, o discurso do Primeiro-Ministro.

A importância e a complexidade das questões incluídas na ordem do dia revelam como o diálogo entre os povos é um meio essencial das relações internacionais.

Mas a fecundidade do diálogo depende da existência de um clima internacional.

A confiança não é porém compatível com persistentes actos de desrespeito das disposições da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, com violações da soberania, atingindo a integridade territorial dos Estados e menosprezando o direito dos povos à autodeterminação e à independência.

Exclui, também, a geral disposição de certos Estados para impor a outros países comportamentos ou obediências ideológicas contrárias aos sentimentos generalizados dos seus povos, recorrendo à ameaça ou ao uso da força.

A falta deste clima de confiança foi patente no desenrolar dos trabalhos da segunda sessão especial da assembleia geral sobre desarmamento, que constituiu um dos mais ambiciosos esforços desta organização. Porque o desarmamento, entendido como uma redução equilibrada e verificável de armas nucleares e convencionais, não é uma ca-

tegoria autónoma das relações entre os Estados.

O avolumar de tensões nas relações internacionais não deverá contudo servir de escusa ou justificação para a modéstia dos resultados obtidos. A segurança e o futuro da humanidade exigem acções imediatas sobre determinados aspectos da corrida às armas, de forma a inflectir a sua actual tendência. Nesta ordem de ideias, o início das negociações em Genebra, entre americanos e soviéticos, para controlo e redução das armas nucleares de alcance intermédio, bem como das armas nucleares estratégicas, constitui passo encorajador e responde a gerais preocupações.

A companhia mais igualmente com interesse as negociações de Viena sobre a redução mútua e equilibrada de forças. O campo ocidental apresentou recentemente novas propostas susceptíveis de desbloquear as conversações e temos a convicção de que, com base nelas, se pode progredir.

Desanuviamento

O cumprimento estabelecido no Acto Final de Helsínquia constituiria um elemento decisivo para o

(Continua na pág. 3)



Pinto Balsemão é cumprimentado pelo Presidente da Assembleia Geral da ONU, antes de pronunciar o seu importante discurso

A EUROPA E OS ESTADOS UNIDOS

— um artigo de Simone Veil

(PÁGS. 5 e 6)



Uma notícia difundida no passado dia 4 pela Rádio Renascença sobre o possível afastamento do Primeiro-Ministro na sexta-feira motivou um desmentido

Nascimento Rodrigues categórico

Hipotético afastamento do Primeiro-Ministro significaria novas eleições legislativas

afirmação do PSD de que essa demissão significaria novas eleições.

A emissora católica citava fontes autorizadas do Palácio de Belém para referir que os mais próximos conselheiros do Presidente Eanes tinham chegado na passada semana a acordo quanto à substituição de Pinto Balsemão na chefia do Governo.

Concertando aquela notícia,

drigues, vice-presidente do PSD, afirmava que, se se concretizasse a hipótese lançada pela R.R., o partido governamental não aceitaria “nesse contexto a proposição de outro candidato” a primeiro-ministro além de Balsemão.

“Não concebemos admitir que o senhor Presidente da República, que acaba de promulgar a lei de Revisão Constitucional, fosse

que falta para a entrada em vigor desta, poderes de demissão do governo, que derivam do texto anterior da Constituição e cujo conteúdo é marcadamente diferente no novo articulado constitucional”, declarou.

Nascimento Rodrigues considerava inverosímil a hipótese de Eanes querer demitir Balsemão, atendendo ao “período institucional que se abriu” e à

complementares da Revisão Constitucional”, preparação do orçamento geral do Estado e realização das eleições autárquicas em 12 de Dezembro.

“A demissão do actual Primeiro-Ministro significaria certamente a subsequente dissolução da Assembleia da República, já que o PSD não aceitaria decerto nesse contexto a proposição de

dr. Pinto Balsemão”, afirmou à ANOP o vice-presidente social democrata.

“Sempre fomos e continuamos a ser — prosseguiu — um partido muito cioso da nossa soberania interna e da nossa liberdade de opção, pelo que nunca admitiríamos interferências e pressões externas em decisões que nos compete tomar se e quando deverem porventura ser tomadas de acordo com o nosso entendimento de interesse nacional e partidário”.

O dirigente do PSD afirma ser lamentável que tais referências surjam quando o chefe do Governo se encontra no estrangeiro e “no contexto do êxito de que inegavelmente está a revestir-se a deslocação do primeiro-ministro à



Empreender para ganhar

Jaime Quesado (*)

As mais recentes em sede de Empreendedorismo suscitam a oportunidade duma breve reflexão sobre a importância de uma Agenda Estratégica para um verdadeiro Capital Empreendedor no país. O modelo tradicional de criação de valor mudou por completo e nesta fase crítica da economia portuguesa a aposta tem que ser clara – apoiar novas Empresas, de preferência de base tecnológica, assentes numa forte articulação com Centros de Competência e capazes de ganhar dimensão global. Ganhar o desafio de um Portugal Empreendedor é em grande medida a demonstração da capacidade de uma nova agenda, assente na inovação, conhecimento e criatividade como factores que fazem a diferença, numa ampla base colaborativa e participativa.

O primeiro grande vector desta afirmação do Capital Empreendedor passa pela activação positiva do Capital Social. Dinamizar uma Cultura de Participação Efectiva, consolidar mecanismos de valorização da ética comportamental por parte dos diferentes actores, estabelecer uma matriz doutrinária pedagogicamente disseminada de qualificação dos princípios do rigor, respeito pela inclusão em sociedade mas aceitação dos resultados do jogo da competitividade. Não se trata de impor “social rules” pré-formatadas a um país com padrões comportamentais historicamente consolidados, mas de fazer do desafio da qualificação do Capital Social Global um exercício exigente de responsabilidade colectiva de mudança da capacidade de ir a jogo.

O exercício de maior selectividade dos potenciais promotores de projectos e de maior atenção operativa a uma monitorização dos resultados conseguidos terá que ser acompanhado desta acção global de qualificação sustentada da rede de actores que compõem o quadro de animação social e económica do território. Não se realizando por decreto, não restam dúvidas que esta acção de “competence building” de entidades da administração pública central e local, centros de ensino e saber, empresas, associações e demais protagonistas da sociedade só tem sentido de eficácia se resultar dum exercício de “cumplicidade estratégica” entre os diferentes protagonistas. Só assim se consegue Empreender com sucesso.

Cabe às empresas o papel central na criação de riqueza e promoção duma cultura sustentada de geração de valor, numa lógica de articulação permanente com Universidades, Centros I&D e outros actores relevantes. São por isso as empresas essenciais na tarefa de endogeneização de activos de Capital Empreendedor com efeito social estruturante e a “leitura” da sua prática operativa deverá constituir um exercício de profunda exigência em termos de análise. Tendo sido as empresas um dos actores fortemente envolvidos nas dinâmicas de financiamento comunitário ao longo destes últimos vinte anos ressaltam indícios de défice de “capital empresarial” em muitos dos protagonistas envolvidos. Torna-se por isso imperativo apostar numa agenda de mudança.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

AUTÁRQUICAS 2013

Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

www.autarquicaspsd.pt



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção da Amadora para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2013, (terça-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Av. 11 de Setembro de 1979, n.º 16, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Aprovação das listas candidatas à Câmara Municipal da Amadora, Assembleia Municipal da Amadora e Assembleias de Freguesia do Concelho da Amadora

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arcos de Valdevez, para reunir, no próximo dia 02 de Agosto de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede no Centro Comercial Norte Vez, sito na Rua Nunes Azevedo, n.º 77 cave, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Aprovação das candidaturas aos Órgãos Autárquicos do concelho de Arcos de Valdevez, nas eleições de 29 de Setembro
- 3 - Outros assuntos

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 02 de Agosto de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita na Rua Direita, n.º 20, em Coruche, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Processo Autárquicas 2013 - ponto de situação
- 2 - Análise e discussão da situação política actual - nacional e local.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Golegã para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 02 de Agosto de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00 na Sede, sita na Rua D. Afonso Henriques, 53, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Análise da situação política nacional e local
- 2.- Eleições Autárquicas 2013 - parecer sobre as listas aos órgãos autárquicos

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lisboa, para reunir no próximo dia 01 de Agosto de 2013 (Quinta-Feira), pelas 21h00, na Sede da Distrital de Lisboa - AM, sita na Praça São João Bosco n.º 6 - Lisboa, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

1. Parecer sobre as Listas Autárquicas
2. Análise da Situação Política

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2013 (terça-feira), pelas 21h30 na Sede, sita no Edifício Gameiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Informações
- 2.- Análise da situação política local e nacional
- 3.- Continuação da preparação do processo autárquico

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 29 de Julho de 2013, (segunda-feira) pelas 21h00 na Sede Distrital, sita na Calçada Mem Ramires, n.º 10, em Santarém, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Autárquicas 2013

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir no próximo dia 31 de Julho de 2013 (quarta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua M.F. A. N.º 11, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Informações
- 2.- Eleições Autárquicas 2013
- 3 - Análise da situação político-partidária

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 29 de Julho de 2013, (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23, 1.º Esq., em Setúbal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais
- 3 - Análise da situação político-partidária.



CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD das Caldas da Rainha, para reunir no próximo dia 23 de Agosto, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, 18 - R/c Dt.º, Caldas da Rainha, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Informações;

2 - Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa de Plenário Concelhio.

Notas:

a) As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do Órgão respectivo, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h00m até às 24 horas.

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de São João da Pesqueira, para o Plenário de Concelhia, a realizar no próximo dia 1 de Agosto de 2013, pelas 21 horas, na Junta de Freguesia de São João da Pesqueira, sita na Rua D. Afonso III de Leão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política;

3 - Aprovação dos Candidatos da JSD/São João da Pesqueira às eleições autárquicas;

4 - Outros assuntos.

O "Povo Livre" terá na próxima semana, dia 31 de Julho, o seu último número antes das férias.

PORTALEGRE COM ORGULHO

Convite

Apresentação Pública das Listas de Candidatos

A Coligação PORTALEGRE COM ORGULHO tem o prazer de o convidar a assistir à Apresentação Pública das Listas de Candidatos aos Órgãos Autárquicos para as Juntas de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, no dia 26 de Julho às 19 horas no Mercado Municipal de Portalegre.

Contamos com a sua presença para fazer avançar Portalegre!

Mercado Municipal de Portalegre

26 de Julho

19 horas



Jaime Azedo